

Sampaio Machado, Mônica

Uma abordagem historico-conceitual em geografia

II Jornadas de Geografía de la UNLP

13 al 15 de septiembre de 2000

*Sampaio Machado, M. (2000). Uma abordagem historico-conceitual em geografia. II Jornadas de Geografía de la UNLP, 13 al 15 de septiembre de 2000, La Plata, Argentina. Resignificando una geografía para todos. En Memoria Académica. Disponible en:
http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.13323/ev.13323.pdf*

Información adicional en www.memoria.fahce.unlp.edu.ar



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons
Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

UMA ABORDAGEM HISTORICO-CONCEITUAL EM GEOGRAFIA

Mônica Sampaio Machado

*Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
e doutoranda em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP)*

O presente trabalho procura estabelecer uma discussão na direção do campo epistemológico da geografia. Deste universo epistemológico a abordagem conceitual, isto é, o resgate e aprimoramento conceitual em geografia foi o caminho escolhido.

Será apresentada uma discussão sobre três conceitos fundamentais para a Geografia contemporânea: espaço, território e territorialidade.

A polissemia que domina estes conceitos tem sido amplamente debatida e difundida na corporação dos geógrafos universitários. Tal polissemia é fruto, acima de tudo, da própria dificuldade de conceituação que os termos apresentam, não apenas no âmbito da ciência geográfica, mas também em outros domínios de saber.

Não faz parte dos objetivos desse trabalho resolver as questões teóricas e metodológicas que cercam os conceitos mencionados. O que está sendo proposto é uma tarefa, embora bastante trabalhosa, bem mais modesta. De fato, o que será realizado é uma leitura, ainda incipiente, da história dos conceitos de espaço, território e territorialidade, dentro do campo de investigação geográfica. Buscar-se-á, primeiramente, apresentar as etimologias dos termos e situá-los nas respectivas áreas de conhecimento que lhes deram origem. Em segundo lugar, será analisada a incorporação dessas noções pela geografia, assim como seus principais usos e interpretações. Por último, tentar-se-á demonstrar a importância desses conceitos para os estudos geográficos atuais.

Espaço: a ontologia da Geografia

Espaço. Palavra vital para a Geografia. Sua etimologia latina 'spatium' inclui a idéia de "passo", o que é possível de ser mensurado com os passos; também aproxima-se do significado do termo grego 'core' que indica uma idéia de vida, de lugar, no sentido de existir o lugar como uma página em branco onde se colocam a ação humana e o trabalho do geógrafo (Brunet 1992:179). É este espaço, enquanto base de materialização da atividade humana, em diferentes escalas da superfície terrestre, o espaço geográfico, assim considerado por Neil Smith (1984), que constitui foco central deste artigo. Portanto, embora a própria expressão espaço geográfico se apresente ainda pouco precisa, vem indicar uma primeira delimitação conceitual frente à pluralidade de significados que o termo espaço assume¹

Para pensar o espaço geográfico, conforme indica Smith (1984), e distingui-lo de outros significados sobre o espaço, é fundamental considerar dois conceitos que se tornaram bastante expressivos para a Geografia após 1950: espaço absoluto e espaço relativo. Estes se originaram nas ciências físicas e na filosofia da ciência. O conceito de espaço absoluto se efetivou com os estudos newtonianos a partir do século XVII, apesar de já ter sido esboçado parcial e anteriormente pelos atomistas gregos. É o espaço independente, existindo por si mesmo, separadamente da matéria e possível de se definir por meio de um sistema de coordenadas cartesianas, como latitude e longitude. O espaço relativo é aquele que depende diretamente da matéria, dos objetos. É o conceito de espaço desenvolvido por Einstein,

fortemente vinculado ao tempo. As relações espaciais são, na verdade, relações entre partes específicas da matéria, são puramente relativas ao comportamento e à composição dos objetos e dos eventos materiais. Representa, na verdade, uma relação entre objetos, a qual só existe porque os objetos existem e se relacionam 2.

A concepção de espaço absoluto dominou os estudos geográficos até, aproximadamente, a década de 50, subsidiando uma investigação que priorizava a observação e descrição de fenômenos variados presentes na superfície terrestre. Constituiu a base da Geografia como sinônimo de ciência da superfície da Terra, a Geografia caracterizada como Tradicional ou Clássica. Foi a Geografia, guardando as devidas singularidades, empreendida por Humboldt e Ritter, pelas Escolas Alemã e Francesa do início do século XX e pelos estudos ideográficos dos trabalhos de Hettner e Hartshorne 3.

Da década de 1950 em diante, quando começam a se manifestar vozes de insatisfação com a forma de produção do conhecimento em Geografia, a concepção de espaço absoluto é substituída pela concepção de espaço relativo. Este efetiva sua validade pelo estudo do tempo e dos custos dos diversos fluxos, constituindo a noção de espaço dinâmico. O espaço geográfico, então, começa a ser interpretado como um campo geométrico, no qual se valora o mensurável, as superfícies, linhas e os nodos (Ibanez 1986) 4. É o início do domínio da filosofia neopositivista ou positivista lógica na Geografia, promovendo no interior dessa ciência uma grande transformação teórica e metodológica, movimento que será caracterizado como Geografia Analítica ou Quantitativa 5.

A renovação realizada na Geografia no período mencionado apresentou um grande progresso no desenvolvimento conceitual de espaço e nos estudos que passaram a ser implementados a partir de então. Entretanto, essa concepção relativa do espaço tonava-se cada vez mais abstrata, desvinculada de um elemento essencial, a base material. Essa abstração progressiva acabou conduzindo a Geografia ao entendimento do espaço enquanto espaço matemático, negligenciando seu fundamental campo de trabalho, as atividades e os eventos sociais, isto é, seu aspecto concreto, real e social.

Paralela às novas reformulações vividas pela Geografia na década de 70 nos Estados Unidos da América e na França, e mais tardiamente na década de 80 no Brasil, onde são introduzidas de maneira significativa novas abordagens filosóficas, como o marxismo e a fenomenologia, emerge cada vez mais forte a necessidade de se considerar uma nova visão de espaço relativo, um espaço que transite de uma concepção e utilização abstrata para uma concepção e utilização real, concreta. Nesse momento, enfatiza-se a premência de investigações mais materiais, valorizando as perspectivas individual, cultural e em termos mais gerais, a social. É o domínio das Geografias radicais, que reivindicam uma análise mais efetiva da realidade, uma análise que não negligencie seu principal ator - a sociedade. É dentro desse contexto que (re)surge na Geografia toda uma preocupação com o termo território 6.

Território: categoria da Geografia

De acordo com Scheibling (1994), o território se diferencia do espaço pela noção concreta que apresenta. O conceito de espaço, como o de tempo, é, seja como categoria filosófica ou astronômica, um modo de existência da matéria. Segundo o autor, foi por extensão analógica à semelhança de outras ciências humanas, que a Geografia apoderou-se do conceito de espaço, participando, dessa maneira, da inflação verbal do termo. A Geografia da década de 50, na procura de um estatuto científico, fixou como objeto de estudo o espaço, uma noção ampla,

abstrata e vazia 7. E no momento em que a Geografia comprometia-se com o estudo espacial, a noção de território foi deixada para a política de planejamento e ordenamento estatal. Porém, questiona Sheibling, o termo território é mais adequado para definir o objeto da Geografia? Será ele menos polissêmico, e de fato mais concreto, do que o espaço?

Para se poder traçar algumas diretrizes às questões colocadas acima, e mesmo tecer algumas considerações a respeito da recuperação do termo território em Geografia, faz-se imprescindível explorar, primeiramente, o sentido etimológico de território, assim como suas origens e vinculações ao domínio científico. A palavra território deriva-se do termo latino “terra” e corresponde ao termo “territorium”. Este se constrói pela adição à ‘terra’ do sufixo ‘torium’, que designa o lugar de um substantivo qualquer: dormitório, lugar de dormir; território, lugar da terra, âmbito terrestre localizado, o que se enfatiza com o sufixo é o sentido de localização do termo original, é a localização de uma determinada porção do espaço envolvendo superfície, formas e limites (Marcelo Escolar, 1992). No campo científico, isto é, no domínio da história das ciências, o conceito de território se origina dentro das ciências naturais, na botânica e na zoologia, as quais designam território como área de disseminação de espécies vegetais ou animais. A área de dominação dos gêneros e espécies permitiu aportes sobre a classificação espacial posteriormente difundida nos estudos Geográficos (Roncayolo, 1986).

A noção de território em Geografia foi introduzida a partir das ciências naturais pela etologia (estudo comparativo do comportamento de vários animais), no final do século XIX, através de Friedrich Ratzel, em 1882, ocasião da publicação de sua grande obra “Antropogeografia”. Ratzel desenvolve uma leitura jurídica como base de sustentação do conceito de território, na qual procura transferir a noção de domínio natural para às ciências sociais, através da idéia de propriedade. Assim, o território passa a representar uma parcela do espaço terrestre identificada pela posse, uma área de domínio de uma comunidade ou Estado.

A discussão do conceito de território que emerge na obra de Ratzel provém de sua grande preocupação com o caso alemão. A Alemanha de meados do século XIX apresentava uma economia e uma demografia bastante vigorosas, mas não contava, em contrapartida, nem com um Estado unificado, nem com colônias que pudessem receber excedentes populacionais e financeiros, situação que irá dominar até seu processo de unificação conduzido por Bismarck. Objetivando enfrentar a questão da construção e sedimentação do Estado Alemão, Ratzel irá dirigir sua argumentação aos conceitos de território e “espaço vital”. Assim, a grande preocupação que circunda a conceitualização de território em Geografia repousa na escala do Estado-Nação.

Os estudos posteriores aos de Ratzel que predominaram até aproximadamente a década de 1960, e que conformavam a chamada Geografia Política Clássica, tinham como centro de atenção a temática territorial vista através da esfera nacional, enfatizando tanto questões políticas e econômicas quanto ideológicas e culturais. Embora apresentassem enfoques diferenciados, reconheciam apenas uma única instância territorial de poder e, portanto, uma única categoria de análise geográfica. O poder e a atuação do Estado Nacional definiam a territorialidade a ser investigada, a territorialidade do espaço, que era dada através das construções de rodovias, canais, estradas de ferro, redes comerciais e bancárias, enfim, através da fixação de capital e de trabalho materializado no solo que, por sua vez, marcavam os limites políticos-territoriais.

As associações estabelecidas entre os estudos ratzelianos e as políticas e ideologias expansionistas, assim como a forte influência naturalista que predominava em seus trabalhos, levaram à marginalização da temática territorial nas discussões acadêmicas e limitaram-na à esfera das estratégias geopolíticas dos Estados-Maiores. Entretanto, em virtude das grandes

transformações históricas que se processaram principalmente a partir dos anos 60, a retomada da discussão conceitual do termo território e sua apropriação e desenvolvimento no âmbito dos estudos geográficos passam a constituir novamente um foco importante de investigação.

Conforme apontado, o conceito de espaço amplamente utilizado pela Geografia a partir dos anos 50, apresentava demasiada falta de concretude e de atenção para com as questões sociais. A revitalização do termo território e de sua investigação passa a se manifestar pela necessidade, interna ao campo científico, de renovação das formas de apreensão geográfica frente às contundentes mudanças econômicas e políticas que se manifestavam. Estas alcançavam, especialmente nos anos 70, proporções ainda não vistas e implementavam um novo ordenamento e uma nova lógica de organização sócio-espacial em esfera planetária.

Acelera-se e efetiva-se, na década de 70, a internacionalização da economia e dos mercados, um processo que Santos (1988) atualmente classifica como mundialização, sentido mais complexo e expressivo da globalização das relações econômicas, sociais e políticas, em que o mais notável é a possibilidade de tudo conhecer e utilizar em escala planetária ⁸. Se, por um lado, a globalização possibilita e integra através de suas redes técnicas, mercados e lugares em escala jamais alcançada, por outro, provoca grandes fragmentações e desigualdades territoriais que ultrapassam as discussões limitadas ao Estado-Nação.

Os fatos têm demonstrado que caminhamos ao longo dos séculos, da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo para à comunhão global. E nesse percurso, o Estado-Nação foi um marco, um divisor de águas, entronizando uma noção jurídico-política do território, derivada do conhecimento e da conquista do mundo. Hoje, não é mais o Estado-Nação que define os lugares. Evolui-se da noção, tornada antiga, de Estado-Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território (Santos, 1994b). As mudanças postas por esse processo criam, ainda, simultaneamente, vários territórios descontínuos e fragmentados e novas formas de sociabilidade, promovendo uma intensa reestruturação do espaço mundial em diferentes escalas geográficas, na qual territórios se fundem enquanto outros se desintegram.

Se, por um lado, esse contexto vem apontar a complexidade da análise territorial, por outro evidencia a emergência e a imprescindibilidade de sua investigação, não mais com as mesmas referências anteriores, mas sim com novos aportes e orientações. Portanto, para o aprimoramento da análise geográfica contemporânea, é necessário considerar não apenas as grandes transformações em termos mundiais dadas pelo desenvolvimento das redes técnicas, mas também o novo funcionamento do território que ocorre em níveis locais.

O retorno do território se apresenta, desse modo, como imprescindível ao conhecimento geográfico. A nova ordem mundial acaba, inevitavelmente, promovendo nas ciências de um modo geral e na Geografia, especificamente, grandes reformulações que são conduzidas essencialmente pela eclosão epistemológica no interior das ciências. Renova-se a Geografia Política Clássica que passa a reconhecer e valorizar novas escalas de análise, não se limitando exclusivamente ao Estado-Nação⁹; valoriza-se toda uma vertente cultural, que tinha sido abandonada à época do domínio da Geografia enquanto uma ciência espacial “a-histórica”.

Não obstante o sentido de território em Geografia tenha evoluído adquirindo diferentes, e mesmo concomitantes, significados ao longo do tempo, englobando desde uma noção jurídica e política delimitada por uma extensão da superfície terrestre sobre a qual vive uma coletividade político-nacional, até uma noção, contemporânea, definida como um poder determinando uma região, ou qualquer porção do espaço terrestre, o que tem sido colocado e defendido é que a noção de território constitui, segundo Sheibling (1994), palavra-chave para o conhecimento geográfico.

A importância que o território assume para a Geografia hoje repousa em seu significado concreto, o que envolve não apenas o aspecto físico ou material, mas também tudo o que uma sociedade pode comportar como ideal, como representações, sentimentos de vinculação, de comportamentos individuais ou de instituições que participam de uma organização espacial. A questão fundamental continua sendo a de saber como se organiza uma sociedade na relação com espaço, o que pressupõe examinar minuciosamente fatores materiais e não materiais. Nesses termos, analisar concretamente o território significa entendê-lo como um produto da história da sociedade, e que, portanto, está em constante modificação. Ele é o resultado de um processo de apropriação de um grupo social e do quadro de funcionamento da sociedade, comportando, assim, ao mesmo tempo, uma dimensão material e cultural dadas historicamente. A noção de território pode ser utilizada, sem problemas, em todas as escalas de análise (Sheibling, 1994).

A valorização da temática territorial nos anos 70, enriquecida por uma série de novas discussões, abre espaços para um conjunto de debates sobre a difusão do conceito de territorialidade, não mais apenas, conforme colocado acima, como produto da materialização no solo do trabalho e do capital, mas valorizando o desvendar do significado da individualidade e da subjetividade presentes nos fenômenos e eventos relativos ao homem.

Territorialidade: a valorização cultural em Geografia

Análoga ao conceito de território, a noção de territorialidade advém dos naturalistas, particularmente da zoologia, para designar uma área de ocorrência de uma espécie animal. Esta noção foi construída de maneira sistemática em 1920, por H.E. Howard ao estudar o comportamento de certas espécies animais, no qual se evidenciou formas mais elementares de localização, de divisão e defesa do espaço (Raffestin, 1980). Assim, os caracteres e as funções de uma primeira apropriação, parcial ou provisória do terreno, os estímulos e as reações defensivas e agressivas foram analisados em primeiro lugar nas sociedades animais e, em seguida, tornaram-se extensivos à explicação dos fenômenos humanos.

Os estudos iniciais a respeito da territorialidade humana estavam, nesse sentido, fortemente associados à concepção naturalista, cujas interpretações a colocavam como uma ramificação do comportamento animal. A conduta espacial do homem nessa acepção era entendida como uma forma instintiva de sobrevivência. Todavia, como ressalva Robert David Sack (1986), a territorialidade humana pode ser usada por uma variedade de razões abstratas, mas poucas ou nenhuma são motivações animais. De fato, como a territorialidade humana supõe o controle sobre uma área, ela pode ser facilmente associada ao comportamento animal. Entretanto, há que se considerar as regras morais, políticas e culturais que constituem as marcas distintivas da humanidade. É urgente, por conseguinte, abandonar as analogias animais para tratar da territorialidade humana.

Em Geografia, segundo Roncayolo (1986), a discussão da territorialidade parece ter sido inserida por Edward Soja em 1971, através de seu trabalho "The Political Organization of Space". Soja define a territorialidade como um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente delimitados, que assumem características distintas e podem ser considerados como exclusivos de quem os ocupa e de quem os define. Ainda conforme Roncayolo, Soja acrescenta que a territorialidade afeta o comportamento humano em todos os níveis da atividade social e que sua noção é construída a partir da idéia ocidental de propriedade privada (Roncayolo, 1986) **10**.

A relação estabelecida por Soja entre comportamento humano e organização do espaço é desenvolvida também por Claude Raffestin (1980). Raffestin lembra que a delimitação de territórios inclui bem mais do que uma simples relação com a área, pois esta é mediatizada pelas relações entre os homens, e não uma pura e simples relação entre homem e meio que acabaria levando ao renascimento de um determinismo sem interesse. Dessa forma, o autor concebe a territorialidade como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, o que implica em analisar a territorialidade em função da apreensão das relações recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal.

A territorialidade corresponde às ações desenvolvidas por vários agentes sociais em uma determinada área geográfica e em um dado momento histórico. As ações são produzidas pelas diferentes relações estabelecidas entre os agentes em um específico recorte espaço-temporal. Nessas relações, estão incluídos não apenas os processos vinculados à esfera da produção, mas também, e talvez de forma mais incisiva, os elementos culturais tais como, a lingüística, a moral, a ética, a religião, enfim, o conjunto complexo de padrões de comportamento, dado pelas crenças, instituições e valores espirituais e materiais que são transmitidos coletivamente e que caracterizam uma dada sociedade.

As recentes investidas e contribuições de Sack (1986) para o estudo da territorialidade em Geografia apresentam discussões que vão ao encontro e complementam a abordagem de Raffestin sobre o assunto. Em função da expressão que alcança os estudos de Sack sobre a territorialidade, pelo menos na comunidade geográfica brasileira, cumpre aqui explorar algumas de suas principais posições.

Em termos geográficos, conforme Sack (1986), a territorialidade humana é uma forma espacial de comportamento social. É uma estratégia de um indivíduo ou um grupo de afetar ou influenciar pessoas, fenômenos, e relações através da delimitação e do controle sobre uma determinada área geográfica, área essa entendida como território. Assim variadas são as escalas onde a territorialidade pode ser investigada. Tanto o quarto, quanto a cozinha, a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, o estado ou o país apesar da diversidade de escalas, são instâncias da territorialidade, são territórios e merecem ser vistos como tais.

De acordo com Sack, ao serem postas em prática as estratégias territoriais um simples lugar, um simples ponto, ou uma dada região da superfície terrestre transforma-se em território. Ainda segundo o autor, as estratégias utilizadas para o exercício do controle de uma dada extensão espacial podem ser agrupadas em quatro tipos de ações: a delimitação de áreas às quais se estabelecem normas claras do que é permitido ou proibido; a implementação de limites ou fronteiras através de marcas simbólicas ou sinais; a distribuição e alocação de recursos; o repasse da responsabilidade das decisões e atitudes sociais para a área, como se fosse um atributo natural do lugar (ex: “isto é a lei desta terra, é necessário obedecê-la”). São estratégias de naturezas múltiplas - políticas, ideológicas, econômicas ou culturais e podem ser colocadas em prática tanto por instituições formais quanto por indivíduos ou grupos sociais.

O caráter histórico-espacial da noção de territorialidade é, da mesma forma que em Raffestin, bastante valorizado por Sack. Para este autor, a realização de uma investigação conceitual sobre a territorialidade requer a consideração do contexto social particular, pois a territorialidade está intimamente vinculada a uma específica realidade social. É necessário levar em conta o contexto onde a territorialidade acontece, pois, do contrário, se correria o risco de realizar uma análise espacial abstrata. A territorialidade, nesse sentido, é sempre construída socialmente e seu uso histórico tem sido realizado de forma cumulativa. Isso significa que uma sociedade contemporânea emprega a territorialidade mais expressivamente do que empregava, por exemplo, uma sociedade primitiva¹¹. Portanto, ao se desenvolver uma investigação sobre a territorialidade é imprescindível considerar seu caráter cumulativo, já que este adiciona novos desafios para o conhecimento e para a pesquisa prática ou teórica.

Desde a introdução da noção de territorialidade em Geografia, é possível notar as diferentes acepções que o termo assumiu. Emergindo com um forte conteúdo naturalista vinculado ao comportamento animal, sendo incorporado e desenvolvido a partir de uma ótica relacionada à esfera da produção e da política nacional, tornando-se importante hoje pela possibilidade de englobar a perspectiva cultural, o termo territorialidade passou a ser um dos mais utilizados pelo vocabulário geográfico.

Se, por um lado, valoriza-se atualmente a abordagem que foi colocada em segundo plano no percurso da história da Geografia, a vertente cultural - o homem enquanto ser social e individual portador de subjetividades, por outro, amplia-se o uso das noções de territorialidade e território, elevando-se ainda mais o grau de polissemia. Tal situação acaba promovendo questões extremamente complexas e de difícil resolução para o desenvolvimento de uma investigação geográfica.

É importante, entretanto, ressaltar que a evolução e a conseqüente ampliação do conceito de territorialidade foi conduzida pela urgência da Geografia em melhor apreender a intrincada relação sociedade-espaco-tempo. Novos elementos são considerados no sentido de permitir o estabelecimento de uma análise mais completa da questão frente ao contexto social contemporâneo. A tentativa é válida e necessária desde que seja acompanhada de uma análise teórica mais profunda.

O uso indiscriminado do termo territorialidade pode conduzir não apenas ao empobrecimento do objeto de estudo mas do próprio conceito. É necessário o desenvolvimento de um juízo crítico capaz de alimentar uma conduta racional de análise pautada em um profundo debate teórico. É preciso para se trabalhar conceitualmente, conhecer o histórico, os limites ou as contradições dos conceitos.

Não se trata aqui de estabelecer uma apologia ao estudo conceitual e mesmo restritamente teórico. O que está sendo ressaltado é a necessidade de se conhecer o universo, pelo menos parcialmente, da discussão conceitual que circunda as categorias de análise utilizadas no desenvolvimento de uma pesquisa, para que se torne possível avançar na investigação e dar uma contribuição, mesmo que irrisória, à ciência geográfica. É preciso para tanto investir epistemologicamente em Geografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Superfície terrestre, paisagem, região, território e lugar compõem o conjunto de categorias que buscam concretizar o estudo do espaço. O espaço, enquanto base de materialização da atividade humana, é a alma, é o ser, é a existência da Geografia, portanto, independente das suas inúmeras especializações, fragmentações e linhas de trabalho, Geografia é, antes de mais nada, espaço. Mas, para se viabilizar a análise espacial é necessário torná-la evidente buscando estabelecer e desenvolver categorias de entendimento. Procurar inserir o homem, enquanto ser individual e social, é tarefa que não pode ser negligenciada. Esta, por sua vez, pressupõe considerar a relação entre sociedade-espaco-tempo. A noção de territorialidade, mesmo com todas as imprecisões que apresenta, coloca-se, dessa maneira, como um caminho em potencial a ser explorado.

Embora a polissemia dos termos espaço, território e territorialidade acabe banalizando o estudo desses conceitos, promovendo, muitas vezes, suas utilizações como sinônimos, é necessário não renunciar, por mais que o empreendimento seja trabalhoso e em alguns momentos desalentador, ao exercício do reconhecimento das origens e dos desdobramentos

dos conceitos ao longo da história geográfica. O presente artigo procurou dar um passo inicial nessa direção.

Citas:

1 Para o aprofundamento dos diferentes conceitos de espaço na história do pensamento, sugere-se ver Jacques Levy (1991), "A-t-on encore (vraiment) besoin du territoire?" In: Les Apories du Territoire, Paris. Espace/Temps

2 David Harvey (1980), em *Justiça Social e a Cidade*, Hucitec, SP, Brasil, adiciona aos conceitos de espaço absoluto e espaço relativo o conceito de espaço relacional. É, também, um espaço relativo e, portanto, está contido em objetos, na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos (concepção leibniziana).

3 Para o estudo e o entendimento do conteúdo da Geografia Clássica ou Tradicional, sugere-se ver Mendonza (1982) e Capel (1981).

4 Mercedes M. Ibanez (1986) (Paisaje y região: uma aproximación conceptual y metodológica, in: BALLESTEROS, Aurora Garcia (org). *Teoría y Prática de la Geografía*. Alhambra, Madrid, p.63-87), procurando investigar como os conceitos de paisagem e região são entendidos em Geografia, apresenta o desenvolvimento do conceito de espaço nas diferentes Geografias ao longo do tempo: Geografia Tradicional, Quantitativa, Percepção, Marxista e Humanística.

5 Para o aprofundamento da Geografia Analítica e os desdobramentos de seus estudos, modelos e teorias, sugere-se: Shaeffer F.K. (1953) *Exceptionalism in Geography: a methodological examination*, in: *Annals, Association of American Geographers* 43; Harvey, D. (1969) *Teorías, Leys y modelos en geografía*, Alianza Editorial, Madrid; Johnston R.J. (1979) *Crescimento dos estudos sistemáticos e a adoção no método científico*, in: *Geografia e Geógrafos*. Difel, 1986. p.72-131; Capel, H. (1981) *Neopositivismo y geografía quantitativa*, in: *Filosofía y Ciencia en la Geografía Contemporánea*, Barcanova, Barcelona, p.367-402; Santos, M. (1978) *Por uma Geografia Nova*. Hucitec, Brasil, 1986; Sendra, Joaquin B. (1986) *La evolución de la geografía teórica y quantitativa*, in: *Ballesteros, Aurora G. Teoría y Práctica de la Geografía*, Alhambra, Madrid.

6 Sob o movimento de renovação da Geografia da década de 70, encontravam-se propostas filosóficas e práticas que, apesar de não constituírem um bloco monolítico, tinham por objetivo comum questionar a forma de conhecimento geográfico (teorias, métodos, e conceitos) produzido sob o domínio do neopositivismo. Assim, questionavam a crescente abstração dos estudos e, conseqüentemente, dos conceitos, e buscavam criticar a concepção de espaço como sinônimo de distância, medido pelos custos dos fluxos. Apontavam e defendiam a necessidade de se pensar o espaço do homem e da sociedade. É, dentro deste contexto, que são desenvolvidas as noções de espaço vivo (objeto de investigação dos humanistas) e de espaço socialmente construído (expressão amplamente desenvolvida pelos simpatizantes do marxismo), e que se coloca na Geografia a busca por uma categoria de análise mais concreta. Assim, é promovido o processo de retomada e de renovação do conceito de território no seio desta ciência.

7 De acordo com Jacques Sheibling (1994), a causa dos problemas epistemológicos em Geografia (da definição do seu objeto, de seu campo de estudo e de seus métodos) tem origem na sua colocação como a ciência do espaço. Segundo o autor, esta fórmula é plena de equívocos pois não está sendo colocado apenas o espaço do homem mas o espaço total, o espaço hegeliano repleto de realidades do mundo (espaço astronômico, matemático, geológico, social, etc.); se a definição da geografia como o espaço das sociedades humanas surge apenas recentemente, isso se dá pela própria história da disciplina geográfica, e essa concepção está longe de ser unânime.

8 Diferentes autores têm discutido e analisado na Geografia o desenvolvimento da globalização. Entre eles, podemos destacar: Milton Santos, Olivier Dollfus, Otávio Ianni, Georges Benko, David Harvey e Edward Soja.

9 Com relação à renovação da Geografia Política Clássica ver: Becker, Berta (1988) *A Geografia e o Resgate da Geopolítica*, in: *Revista Brasileira de Geografia*, nº 50 (1-2), p.99-125; Claval, Paul (1979) *Espaço e Poder*, RJ, Zahar, Brasil; Lacoste, Yves (1977) *A Geografia Serve antes de mais nada para Fazer a Guerra*, Papirus, Brasil (1993); Raffestin, Claude (1980) *Por uma Geografia do Poder*, Ática, Brasil 1990; Sanchez, Joan-Eugeni (1992) *Geografía Política*, Madrid, Síntesis.

10 Embora tenha sido um dos precursores da discussão da territorialidade humana em Geografia, é importante assinalar que Soja, conforme Roncayolo (1986), em seu livro "The Political Organization of Space" acaba estendendo o conceito de territorialidade das ciências naturais para a Geografia Humana, tratando-o em alguns momentos como um campo simultâneo e unificado que integra espécies, atividades e níveis de percepção e de organização de diferentes naturezas. De acordo com Roncayolo, para Soja o homem é um animal territorial e a territorialidade afeta o comportamento humano em todos os níveis da atividade social. Assim, Soja estabelece um continuum entre as diversas espécies.

11 Para uma caracterização do uso cumulativo da territorialidade ver os três exemplos apresentados por Sack (1986, p.6-27): os índios Chippewas da América do Norte e seus contatos com os europeus ilustram as diferenças do uso territorial entre sociedade moderna e pré-moderna; a territorialidade em um moderno local de moradia e a territorialidade em um moderno local de trabalho.

Bibliografia:

- BECKER, Berta (1988). "A Geografia e o Resgate da Geopolítica". In: *Revista Brasileira de Geografia*, nº 50 (1-2), p.99-125

- BRUNET, Roger; FERRAS, Robert; THÉRY, H. (1992). *Les Mots de la Géographie: dictionnaire critique*. Montpelli- Paris.

- CORRÊA, Roberto L. (1995). "Espaço: um conceito-chave para a Geografia". In: CASTRO, Iná E.; CORRÊA, Roberto L. e GOMES, Paulo C.C. (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Editora Bertrand Brasil.

- CAPEL, Horácio (1981). *Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea*. Barcanova. Barcelona (1983).

- ESCOLAR, Marcelo (1992). "Território de dominação Estatal e fronteiras nacionais: a mediação geográfica da representação e da soberania política". In: SANTOS, Milton et. al (orgs). *O Novo Mapa do Mundo - Fim de Século e Globalização*. São Paulo, Hucitec-ANPUR, p.85 -102.

- GOMES, Paulo César da Costa (1993). *Géographie et modernité*. Thèse de Doctorat en Géographie, dirigée par Paul Claval. Université Paris IV - Sorbonne

- HARVEY, David (1989). *A Condição Pós-Moderna*. Edições Loyola (1993), Brasil.

- IBÁÑEZ, Mercedes M. (1986). "Paisaje y região: uma aproximación conceptual y metodológica". In: BALLESTEROS, Aurora Garcia (org). *Teoría y Práctica de la Geografía*, Madrid. p.63-87.

- JOHNSTON, R.J. (1979). *Geografia e Geógrafos*. Difel, 1986, Brasil, p.54-71.

- JOHNSTON, R. J. (1991). *A Question of Place: exploring the practice of human geography*. Blackweel. Oxford. EUA

- LACOSTE, Yves (1985). *Geografia - Isso Serve em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra*. Papirus (1993), Brasil.

- LEVY, Jacques (1990). "A-t-on encore (vraiment) besoin du terroires?" In: *Les Apories du Territoires*. Paris. Espace/Temp. 51-2 1991. p.102-142.

- MACHADO, Mônica S. (1993). "Lógica da Reprodução Pentecostal e sua Expressão Espacial". In: Santos, Milton et al. (orgs.), *O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização*, Hucitec-ANPUR, São Paulo, Brasil, p. 224-234.

- MENDONZA, Josefina G., JIMÉNEZ, Julio M. e CANTERO, Nicolás O. (1982). *El Pensamiento Geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales)*. Alianza Editorial. Madrid.

- MORAES, A.C.R. e COSTA, W.M. (1984). "O ponto de partida: o método". In: *A Valorização do Espaço*. Hucitec, São Paulo, Brasil (1987). p.26-34.

- RAFFESTIN, Claude (1980). *Por uma Geografia do Poder*. Ed Ática. (1993), Brasil.

- RONCAYOLO, Marcel (1986). "Território". In: *Enciclopédia Einaudi*, vol 8, Lisboa. Imp. Nacional, p.261-289

- SACK, Robert (1980). *Conceptions of Space in Social Thought: a geographic perspective*. Macmillan Press, LTD.

- SACK, Robert David (1986). *Human Territoriality: its theory and history*, Cambridge University Press

- SANTOS, Milton (1994a). *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Informação no meio técnico-científico informacional*. Hucitec, São Paulo, Brasil.

- SANTOS, Milton (1994b). "O retorno do território". In: SANTOS, Milton et.al (orgs). *Território: Globalização e Fragmentação*. Hucitec, São Paulo, Brasil.

- SANTOS, Milton (1988). *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. Hucitec, São Paulo, Brasil.

- SANTOS, Milton (1978). *Por uma Geografia Nova*. Hucitec, São Paulo, Brasil, 1986.

- SCHEIBLING, Jaques (1994). "Espace et temps, histoire et géographie". In: *Qu'est-ce que la Géographie?* Hachette, Paris, p.117-141.

- SCHEIBLING, Jaques (1994). "La géographie, étude du territoire". In: *Qu'est-ce que la Géographie?*. Hachette, Paris, p. 141-165.

- SMITH, Neil (1984). "A produção do espaço". In: *Desenvolvimento Desigual*. Bertrand Brasil. p.109-148.

- SOJA, Edward (1989). "Historia:Geografia:modernidade". In: *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica* (1993) Brasil, p.57-96.